

## A educação em Gramsci para a autogestão nas políticas públicas: Guerra de posições no estudo de caso da Cooperativa Arte do Ateliê da Serra

**Júlio Jader Costa**

Psicólogo. Especialista em Políticas Públicas DCP/UFMG. Especialista em Clínica de Grupos, Organizações e Redes Sociais – Instituto Félix Guattari . Pesquisador Laboratório de Tecnologia Social - NESTH/UFMG.

**Ramon Ramalho**

Cientista Social. Pesquisador Laboratório de Tecnologia Social NESTH-UFMG. Mestrando em Ciências Sociais - Universidade de Buenos Aires. A coordenação do artigo é de Carlos Roberto Horta – Professor adjunto DCP-UFMG e Coordenador do NESTH.

### 1. Alguns delineamentos sobre a escola em Gramsci.

O elemento fundamental para entendermos a política relacionada à educação está na compreensão da organicidade<sup>61</sup> entre escola e sociedade. Na visão de Gramsci (Nosella: 2004, p.70), a escola possui objetivos específicos para com a coletividade, sendo o principal deles na sociedade moderna o fortalecimento da hegemonia vigente pela formação dos intelectuais tradicional e orgânico (Nosella: 2004, p.142), buscando trazer homogeneidade, eficiência e coesão ao bloco histórico, perpetuando assim a ordem estabelecida.

Para Gramsci, “os intelectuais não formam um grupo social autônomo e independente, mas uma categoria específica de cada classe social” (Tiriba: 2001, p.189). Assim, é sempre a serviço da opressão que se afirma possuir imparcialidade um conteúdo programático definido *a priori*, ignorando a observância das condições e necessidades específicas dos educandos dentro de sua realidade no mundo, pois “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, a qual não pode ser entendida como aquela que se dá na instituição escolar, mas se verifica em todas as instâncias de relações entre os homens” (Tiriba: 2001, p.188-189).



Foto: Rita Barreto

<sup>61</sup>“Orgânico” é um adjetivo que qualifica as pessoas pertencentes aos quadros de uma administração ou de uma empresa, responsáveis pelo aspecto organizativo. (...) Orgânico também diz respeito à estrutura íntima, interna do ser vivo, animal ou vegetal. Portanto, refere-se a uma função importante, vital e funcional. Gramsci ama utilizar esse termo sintetizando todos os sentidos que acabamos de expor. Sem dúvida o prefere ao termo “estrutura” que, aliás, considera demasiadamente mecânico e sem vida. (Nosella, 2004: 165)

Resguardados os contextos distintos, a crítica à educação em prol da hegemonia de blocos históricos a serviço do capital encontra similaridade nos estudos de Gramsci ao chamá-la de “enciclopédica” e em Paulo Freire, ao chamá-la de “bancária” (Freire: 2005, p.65). No geral, ambos atacam a desvinculação do conteúdo programático e da didática para o ensino deste conteúdo da realidade sensível dos homens, sendo uma forma de educação na qual apenas se depositam conteúdos sobre os educandos de maneira não dialógica, mas sim doutrinária, logo, acrítica e alienante.

A elaboração do conteúdo programático em conjunto com os educandos é condição imprescindível para uma educação dialógica, que é, por sua vez, “a essência da educação como prática da liberdade”. É observando a realidade dos educandos, ou seja, é “mediatizado” pela realidade e “na consciência que dela tenhamos, educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação” (Freire: 2005, p.101). A educação intimamente ligada a um “específico dinamismo social objetivo que nela e com ela se identifica” também é uma das bases da “escola viva” (Nosella: 2004, p.96) que propõe Gramsci: uma educação direcionada aos anseios e as insuficiências manifestas na vida dos educandos, e por eles identificadas, uma escola, em seu conteúdo e didática, ligada ao momento sócio-histórico efetivo e sensível, acompanhando as mudanças nessas condições históricas.

Pode-se dizer, portanto, que a idéia de educar a partir da realidade viva do trabalhador e não de doutrinas frias e enciclopédicas; a idéia de educar para a liberdade concreta, historicamente determinada, universal e não pra o autoritarismo exterior que emana da defesa de uma liberdade individualista e parcial, constitui a alma da concepção educativa de Gramsci. (Nosella: 2004,p.70)

Ressaltado, portanto, que “a escola não se explica por ela própria e sim pela relação geral que mantém com a sociedade” (Nosella: 2004, p.196). Temos a essência da elaboração educacional, em Gramsci, na “unitariedade ou organicidade entre escola e sociedade” (Nosella: 2004, p.172), ou seja, a educação não pode ser entendida ou discutida desconsiderando sua estreita ligação com a esfera política e cultural, mas, pelo contrário: é na “relação orgânico-pedagógica entre uma Escola e um determinado movimento social objetivo que se deve procurar, no entender de Gramsci, o princípio didático inspirador” (Nosella, 2004,p.97).

Sendo imperativo estar a escola vinculada à sociedade no seu determinado momento sócio-histórico, Gramsci identificará a primazia da sociedade moderna na indústria, na produção moderna. Esta produção extrapola o mero âmbito econômico ao fundar toda uma nova gama de valores, ao fundar uma nova hegemonia, assim como uma nova civilização<sup>62</sup>. A indústria formou um novo homem e ainda é, além, a base de fundação de um outro novo homem, capaz de superar as contradições do regime capitalista: ela é a condição de possibilidade do regime comunista. “Sabe ele (Gramsci) que a Fiat, a Olivetti, a Pirelli, etc. constituem a oficina moderna na qual, como um grande útero histórico, se moldam e se forjam o novo homem e a sociedade socialista futura.” (Nosella: 2004,p.69).

Definitivamente, Gramsci não considerará viável separarmos, na atual fase histórica, a escola das relações de trabalho e um trabalho baseado na indústria moderna: “(...) para Gramsci a escola moderna tem no industrialismo seu princípio pedagógico” (Nosella: 2004, p.24). Logo, “a idéia do trabalho como princípio educativo não é só um pressuposto referente à educação escolar, mas também está presente no próprio trabalho” (Tiriba: 2001, p.191). Nunca se

<sup>62</sup> “(...)O industrialismo, porém, é bem mais que um mero instrumento empírico ou uma fábrica “de marca americana”. É um horizonte de novos valores, de nova hegemonia, de nova civilização”(Nosella, 2004, p.24)

poderá desvincular na sociedade do capital, pela visão gramsciana, a escola do trabalho da preparação de indivíduos para o mundo do trabalho; mas preparação não é “uma questão de aprendizagem técnica, nem é mecânica preparação pra o mercado, é antes de tudo aprendizagem dos hábitos adequados para lidar ou lutar no mundo do trabalho” (Nosella: 2004, p.128).

Compreende-se, então, o trabalho como princípio pedagógico

no sentido de que: 1) não se trata de “qualquer” trabalho ou atividade; trata-se do trabalho industrial, moderno, avançado, que representa a forma produtiva hegemônica, entre os homens hoje (...) 2) não estabelece Gramsci grau escolar para introduzir o “trabalho como princípio educativo”. Na família e na pré-escola, até o último grau escolar, o trabalho moderno deve informar as atividades formativas; 3) finalmente, Gramsci não aplica esse princípio educativo ao processo pedagógico de forma mecânica, imediatista, reducionista e profissionalizante (como um treino). Resgata, isso sim, o “ethos” e “lógos” do trabalho industrial moderno que revigoram e orientam todo o processo educativo escolar. (NOSELLA: 2004, p. 118-9).

Chegamos na abordagem da escola unitária, proposta escolar final de Gramsci desenvolvida no cárcere. É unitária no sentido historicista, fundindo escola e sociedade, como já vimos, assim como o é também por unir a escola “desinteressada” com a profissionalizante<sup>63</sup>.

Este unitário ponto de partida obviamente era, na concepção gramsciana, o trabalho industrial moderno, a fábrica. Na intimidade dessa “molécula” social moderna, via ele em filigrana o embrião germinativo de todas as novas formas de humanismo e de cultura: a comissão interna, o conselho de fábrica, o Sindicato, o Partido, a Economia Geral, enfim, a história e o socialismo; e naturalmente, também, a escola unitária. Essa concepção epistemológica constituía, para Gramsci, a sólida base teórica para pensar coerentemente uma sociedade, uma cultura e uma escola realmente unitárias e modernas. (Nosella: 2004, p.65).

Marcada pela preocupação de desenvolver diversas faculdades do indivíduo, ou seja, pelo desenvolvimento multilateral, a escola unitária tem como finalidade proporcionar “um desenvolvimento harmônico de todas as atividades, até que a própria personalidade formada ponha em evidências as inclinações mais profundas e permanentes” (Nosella, 2004, p.136). Procurando, para isso, “(...) desenvolver em todo indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada e a potencialidade fundamental de autodirigir-se na vida (...)” (Nosella: 2004, p.166). A noção de autodireção dos homens está diretamente vinculada com a idéia da autogestão dos meios de produção por parte dos trabalhadores e do autogoverno baseado nos comitês de fábrica e, em termos socialistas, na auto-administração e controle pelos trabalhadores do conjunto da produção.

A escola unitária, com viés historicista, humanista e multilateral, carrega a pedagogia contra-hegemônica, pois é capaz de romper com a hegemonia do capital, criar uma outra nova e um homem novo, preparando as bases para a revolução comunista.

<sup>63</sup> Gramsci percebeu em sua época a gradual substituição da escola tradicional, dita “desinteressada”, de cultura geral, pela escola profissionalizante, tecnicista e unilateral, dando primazia ao ensino de cultura geral, mas fundindo ambas na escola unitária, com ressalvas, porém, a cada um deles.

## 2. O Nesth – a autogestão e as cooperativas como espaços de formação

O Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano (Nesth) possui caráter preponderantemente gramsciano, e sob essa ótica da escola humanista, historicista, formadora político-cultural, tendo no trabalho moderno seu norte pedagógico, conta com um grupo de técnicos interdisciplinar formado por cientistas sociais, psicólogos, historiadores, advogados e engenheiros de produção. Abarcando assim necessidades multilaterais para o tipo de formação *humana*.

A partir da década de 90, como efeito do aprofundamento do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e da globalização, o Nesth passou a acolher demandas de execução de projetos de formação de trabalhadores em cooperativas populares. Inicialmente, tais experiências se apresentaram imanentes ao campo empírico-político ocupado pelos seus pesquisadores, notadamente as experiências de autogestão dos trabalhadores que assumiam massas falidas de empresas do ramo metal-metalúrgico. Posteriormente, tornou-se cada vez mais crescente a convergência de entidades públicas e privadas, distintos atores sociais e níveis de governo, para o estabelecimento de parcerias em projetos de inclusão produtiva referenciados no associativismo e na economia popular solidária.

Abriando-se na bandeira generalizada da autogestão, tais experiências dão novo sentido a litígios clássicos, acolhendo-as em nosso campo de experimentação, o fazemos a partir dos referenciais de que a revolução socialista tem como pressuposto a “reforma democrática industrial”. Isto é, a democratização dos meios de trabalho: “se não lançarmos as bases do processo revolucionário na intimidade da vida produtiva, a revolução ficará um estéril apelo à vontade, um mito nebuloso, uma falaciosa ilusão (...)” (Nosella: 2004, p.25).

A formação cultural e política<sup>64</sup> do proletariado e do camponês colocam-se como uma das questões prioritárias para se efetivarem as condições do trabalhador assumir os meios de trabalho. “O interesse de Gramsci para as questões culturais formativas era motivado e orientado, portanto, pela objetiva preocupação de preparar os quadros dirigentes que haveriam de governar o futuro Estado Proletário” (Nosella: 2004, p. 42). Trata-se de uma preocupação permanente de sua obra, como demonstra sua aproximação da experiência soviética dos Conselhos. Na Itália, o surgimento deste “órgão idôneo de educação recíproca” (Tiriba Apud Gramsci: 2001, p.193) e sua disseminação pelo norte do país, em vários ramos da indústria, culminou com a ocupação de fábricas e objetivação da produção foi imanente ao “horizonte do controle operário” (Tiriba: 2001, p.193) colocado pelo efervescente movimento revolucionário dentre 1919 e 1922<sup>65</sup>. Sustentando que “(...) o mais importante é criar um ambiente cultural rico, orgânico, de amplos horizontes, um ambiente democraticamente participativo (...)” (Nosella, 2004, p. 61), Gramsci indica os comitês de fábrica como potenciais instâncias com objetivo de “constituir sujeitos ativos no processo de produção para, em um momento político oportuno, conquistar a direção da fábrica” (Tiriba Apud Gramsci: 2001, p.193). “Cabe-lhe (ao proletário) politicamente assumir a direção, pois essa fábrica, que ele produz, historicamente já lhe pertence. Para isso, ele deve se preparar melhor.” (Nosella: 2004, p. 69)

<sup>64</sup> A própria noção de “política” em Gramsci é mais abrangente do que sua simples limitação à esfera estatal, compreendendo a vida cultural e moral dos indivíduos, pois estas condicionam sua tomada de decisões.

<sup>65</sup> Infelizmente ainda são escassos os estudos sobre “os conselhistas de Turim, reagrupados em torno do jornal Ordine Nuovo, que abrangia os comunistas (Gramsci) e os anarquistas. (Guillerm & Bourdet, 1975, p.120)

“Devemos educar os proletários para a gestão da fábrica comunista e para o autogoverno.” (Nosella apud Gramsci: 2004, p. 74)

Logo, a atividade produtiva e a propriedade dos meios de produção, não se restringem ao âmbito econômico dentro desta visão, se relacionando diretamente à construção de valores, de normas de conduta, da hegemonia. Assim como, em relação dialética, aponta para as condições de superação do capitalismo, para a emancipação humana.

Considerando que “O instrumento de trabalho para a escola unitária é um feixo de relações políticas, sociais e produtivas” (Nosella: 2004, p. 25), a “formação de trabalhadores em espaços singulares, onde eles mesmos são os gestores da produção, tanto de bens materiais, como educativos e culturais” (TIRIBA:2001,p.27) coloca o desafio de construção de uma nova cultura do trabalho resultante, não apenas “de uma mudança no espaço de produção, mas também nos diversos espaços/redes que constituem o sujeito” (TIRIBA:2001,p.343).

### **3. A formação do novo sujeito: o caso da Cooperativa Arte do Ateliê da Serra**

Tomemos como estudo de caso, uma cooperativa de mulheres acompanhada pelo Nesth ao longo dos últimos cinco anos, já tendo passado por acentuado processo de formação para a constituição de uma cooperativa. A cooperativa tem sua sede num aglomerado que reúne várias favelas, ocupação urbana adjacente à Serra do Curral, garantindo a seus moradores vista panorâmica do Belo Horizonte que dá nome a capital de Minas Gerais. Ela se originou a partir de um grupo de mulheres que se reuniam na sede da associação do cafezal, dedicando-se à confecção de bordados, sobressaindo o caráter terapêutico e de convivência. Posteriormente, com a conexão das experiências desenvolvidas localmente pelo Nesth com o PRONINC<sup>66</sup>, o trabalho de fortalecimento do grupo foi intensificado, especialmente as ações coletivas como o mutirão, garantindo a adequação do espaço físico da Associação da Vila Cafezal. O que possibilitou a coabitação com muitas outras experiências comunitárias, como rádios, bandas, horta, que utilizavam o local e até mesmo defuntos foram velados aí.

Acontecendo em uma região caracterizada pelos altos índices de violência e vulnerabilidade social, a experiência organizativa das “mães do aglomerado” não pôde deixar de ser notada pelo poder público municipal. Através da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), agente do Programa Vila Viva, desenvolvido no Aglomerado da Serra e que previa ações multi-setoriais de urbanização, as ações do Nesth com o grupo de mulheres foram acolhidas no Projeto “Inclusão Produtiva no Aglomerado da Serra”, desenvolvido internacionalmente por empreiteiras, agentes públicos, etc. O projeto foi contratado como um contrapeso cosmético – em termos de “responsabilidade social” – envolvendo a Prefeitura de Belo Horizonte e empresas que formaram consórcio para realização de grandes obras, no contexto da expansão urbana, exercendo pressão sobre o território do aglomerado e sobre o patrimônio natural que o circunda. O que envolve o despejo de moradores locais em prol dos interesses especulativo-imobiliários de seus vizinhos residentes em condomínios fechados fronteiros, bem como também de executivos de grandes empresas principalmente mineradoras, à procura de acessos mais ágeis para seus macro-negócios. O percentual de recursos direcionado à ação de inclusão produtiva, cuja análise se põe em tela, é ínfimo se comparados ao volume total de investimentos

---

<sup>66</sup> Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária.

do programa, envolvendo bancos e agências internacionais, empreiteiras, agentes e burocracia pública intermediária, etc.

Nesta nova etapa, a unidade produtiva em formação passou por processo gerido pela equipe do Nesth de formação em autogestão, história do trabalho, cidadania, capacitação técnica e produção autogestionada. O número de beneficiárias aumentou. A atividade produtiva deslocou-se do artesanato em retalhos para costura industrial. A temporalidade da convivência deu lugar à disciplina da fábrica e ao tempo da produção. Cursos de capacitação técnica foram ministrados e a cooperativa foi finalmente formalizada com o nome Arte do Ateliê da Serra<sup>67</sup>. As mudanças ocorridas ocasionaram a necessidade de novo espaço físico, conquistado junto à prefeitura depois de muitas lutas e investidas. O Nesth cedeu as máquinas: cinco máquinas de corte reto, três de overlock e uma caseadeira, todas novas e de porte industrial. Como estratégia de sustentabilidade, a Cooperativa Arte do Ateliê da Serra firmou parceria com a FEDERASANTAS (Federação das Santas Casas) para a produção de enxovais cirúrgicos e com o SINDUSCON (Sindicato das Empresas da Construção Civil) para a confecção de uniformes. O Nesth, acompanhando de perto todo este processo, conferiu ao grupo de mulheres prerrogativa na tomada de decisões, apoiando suas reflexões através de acompanhamento contínuo, oferecendo os instrumentos teórico-práticos para a organização do coletivo, do processo de produção até chegar à capacidade de auferir maior qualidade técnica aos produtos, a partir da tecnologia social gramsciana-freiriana.

Baseado na visão historicista da educação de Gramsci, todo o trabalho realizado com as cooperadas procura sempre estar diretamente vinculado com a realidade social destes. Visto que as mudanças produtivas da cooperativa foram sendo definidas junto com as costureiras, a partir das capacidades comuns identificadas e com as necessidades e possibilidades locais, de acordo por sua vez com a proposta dialógica de Paulo Freire (2005). Contudo, num primeiro momento, a característica especificamente produtiva da cooperativa foi deixada de lado como prioridade para se acentuar o caráter democrático e participativo da mesma, condição fundamental para sua futura autogestão.

Assim, antes do período de capacitação propriamente técnica, estabeleceu-se uma série de atividades com intuito político formador<sup>68</sup>. A partir de temas geradores<sup>69</sup> problematiza-se a realidade, inicialmente em seus níveis mais superficiais, mas, com o decorrer da discussão, em suas relações menos manifestas. A problematização da realidade a partir desses temas geradores, geralmente, leva às "situações-limite". Isto é, quando o questionamento da realidade toca pontos ou antes não percebidos ou que são "tabu", evidenciando questões que possuem algum entrave moral para sua abordagem, assim como também desmascarando-as<sup>70</sup>.

Por exemplo, na Cooperativa Arte do Ateliê da Serra, discutimos sobre a história do trabalho, suas formas antigas de execução às formas modernas. Diante do trabalho moderno discute-se sobre os tipos de trabalho, chegando à cooperativa, a qual não possuirá um "dono", um patrão, o que perpassa,

<sup>67</sup> A maioria das cooperativas que se formam, funcionam primordialmente apenas como pessoa jurídica para recebimento dos encargos de trabalhadores liberais agremiados. Longe disso, pois muito além, são as preocupações do Nesth. Os candidatos que se inscrevem interessados em participar da formação de cooperativa, passam por um processo composto por diversas atividades formativas; mas uma formação não meramente técnica, mas primordialmente política e cultural.

<sup>68</sup> Não nos esquivemos da noção abrangente de "política" em Gramsci (esta, contudo, precisa ainda ser mais concretamente entendida, ficando aqui uma proposta de estudo).

<sup>69</sup> Temas geradores significam temas específicos que são lançados ao grupo para fins de discussão. Esse tema gera discussão não só sobre ele mesmo, mas também sobre outros com os quais se relacionam, sendo que nas conexões recíprocas entre as diferentes questões, vai-se desvelando aquela realidade problematizada pelo tema gerador. Esses temas precisam ter alguma ligação com a realidade dos educandos (Freire: 2005).

<sup>70</sup> Pois muitos destes temas revelam a identidade do opressor "hospedada" dentro do oprimido, que age cotidianamente e reproduz a conduta dos que lhe oprimem (FREIRE, 2005).

logicamente, a abordagem do tema sobre a condição empregado-empregador, por fim, trabalho e capital.

É importante para os cooperados perceberem que a estrita ação produtiva, o postar-se frente à máquina e o exercício restrito da produção, compreendem apenas uma parte, e não mais que uma parte, de todas as atividades que exigem a autogestão, baseada na cooperação solidária, democrática e participativa. Assim, para as integrantes da Cooperativa Arte do Ateliê da Serra, deixa-se claro a importância de se desenvolverem também as capacidades relativas ao controle de finanças, a busca por inserção no mercado<sup>71</sup> e a montagem da linha de produção. Para tanto, são elaboradas, internamente à cooperativa, um comitê de finanças, um de comércio e outro de produção, contando com três cooperados cada, eleitos por voto direto, pela duração de um ano, com possibilidade de destituição via nova votação geral.

As dinâmicas de grupo, quando sublinhadas seu caráter emancipatório são outro método utilizado para a abordagem de questões fundamentais relativas à organização do trabalho em conjunto, comum, e de forma democrática. Possuindo viés mais subjetivo, pois lúdico, revela-se em uma forma pedagógica diferenciada e alternativa de retratar valores, problemas e a organização em grupo.

Um exemplo proveitoso de dinâmica foi a história do grupo perdido numa ilha deserta, que deve discutir e chegar a uma solução comum sobre quais objetos (cordas, kit médico, água, tipos de comidas, etc.) o grupo deve levar consigo, observada a impossibilidade de se levar todos. Não só aprender a decidir em conjunto, mas já vislumbrar o quanto é difícil tomarmos decisões em grupo, e de forma a contemplar a opinião de todos, presume-se por objetivo desta dinâmica. A simples construção de barquinhos de papel já pode tipificar uma linha de produção, quando cada parte do grupo é responsável por apenas uma quantidade de dobras e apenas a unidade das partes realiza o produto final.

Como a Cooperativa Arte do Ateliê da Serra é composta por mulheres, tem-se como importância ainda mais acentuada a formação política das mesmas, problematizando a autogestão em seus outros diversos níveis, como no lar: se há ou não a discussão sobre o orçamento familiar entre todos seus membros, suas limitações e as prioridades da família; assim como sobre a escola dos filhos: se há discussão sobre o conteúdo programático junto com os educandos, ou se este é simplesmente imposto<sup>72</sup>. Como a autogestão é a essência da “cooperativa de trabalho” proposta, geralmente pouco praticada na vida ordinária destas mulheres devido a questões da ordem de gênero, faz-se necessário desenvolvê-la através de sua problematização: recorre-se a elaboração de contratos grupais a partir do próprio grupo, delimitando com isso regras e códigos de conduta e moral, processos decisórios que para a maioria delas são desenvolvidos pela primeira vez de forma democrática e participativa.

A relação direta com o mundo do trabalho é patente, visto o intuito final de se formarem cooperativas de trabalho, com o objetivo, de certo, formador de renda complementar, mas, além disso, visando-se estruturar uma cooperativa capaz de elaborar um processo produtivo e administrativo de forma não apenas democrática (representativa), mas também contando com a efetiva participação de todas cooperadas envolvidas.

Assim, de acordo com a proposta educacional gramsciana, o trabalho é o princípio pedagógico utilizado, visando à formação de pessoas capazes de

<sup>71</sup> Inserção num mercado preconceituoso econômico (contra os pobres) e racialmente (contra os negros). Este gigantesco “tema gerador” causou um sem numero de “situações limites” durante as conversas.

<sup>72</sup> O conteúdo programático tem de ser desenvolvido em conjunto com os próprios educandos: este é elemento crucial para uma pedagogia libertatória, de acordo com Paulo Freire (2005), pois faz parte da metodologia dialógica, como visto no início da exposição.

exercerem a atividade com organização e disciplina, mas não de forma autoritária, como se dá uma vez presente a figura do patrão. Mas sim baseado na organização comum e diretamente participativa das trabalhadoras responsáveis pelo processo, possibilitando, por fim, as condições de criação de um novo sujeito cotidiano e histórico, mais crítico, com mais auto-estima e vontade de interferir na vida ao seu redor.

Todos os temas geradores e as dinâmicas emancipatórias se relacionam com a atividade produtiva, porém de formas bastante diferenciadas, pois a intenção do Nesth não é apenas construir um meio de renda complementar, célula produtiva ou mera unidade de produção de mercadorias para tal, mas formar trabalhadoras cidadãs. Isto é, capazes de realizarem sua atividade de forma democrática e diretamente participativa, em conjunto com as demais, percebendo os encargos e as dificuldades de se realizar todas as funções que a cooperativa exige – não só efetivamente produtivas, mas comerciais, administrativas –, percebendo e re-significando a satisfação por realizarem tudo isso de forma independente e autônoma, não mais subalternas a um patrão. Este chefe que é comumente identificado como uma pessoa insensível, indiferente aos problemas da vida alheia (à tarefa de cuidar dos filhos), e a relação empregado-empregador é vista como uma relação, não raro, humilhante para o assalariado. O salário, também problematizado, é rapidamente identificado como injusto pela relação tempo-de-trabalho/quantidade-recebida, mas na cooperativa todas as finanças pertencem ao grupo, assim como os lucros obtidos, devendo ser de forma comum administrados. Sendo assim, a cooperativa identifica-se com a possibilidade de superação destes problemas, mesmo que não de forma definitiva, mas já de forma significativa no âmbito psicológico das cooperadas.

A dialogicidade é um ponto importante da metodologia de trabalho que procuram os técnicos do Nesth. O diálogo, em todos os níveis, com as cooperadas ou futuras cooperadas, é sempre elemento norteador de todas as discussões, buscando suprimir a concepção dos opostos educadores-educandos e procurando, por meio do diálogo e das discussões mediatizadas pela realidade, fundi-los na unidade educador-educando, em consonância com a proposta de uma pedagogia para o oprimido (Freire: 2005,89-116 e 191-205).

Por fim, não se trata da formação de trabalhadoras, mas da formação político-cultural de trabalhadoras, capazes de problematizarem a realidade em que vivem, de decidirem em grupo as questões surgidas durante a prática. A formação de trabalhadoras cidadãs, pois não só preocupadas com a execução individual de suas funções, mas que interagem entre si – se trata da formação de trabalhadoras baseada em uma nova cultura, participativa e solidária, problematizadora da realidade.

#### **4. Ação contra-hegemônica e sua inversão em hegemonia novamente**

Explicitada a intenção do NESTH para com os projetos de formação de trabalhadores cidadãos, baseado numa nova cultura de trabalho, democrática, humanista, historicista e solidária, cabe agora identificarmos não só os problemas para a plena execução deste fim, assim como a apropriação do trabalho desenvolvido, pelos meios de divulgação social dos fatos, como a mídia escrita e televisionada, enquanto agentes de reprodução da hegemonia do capital, mesmo que não conscientes deste desígnio.

Ao procurar formar um novo sujeito, consciente de sua inserção histórica no meio coletivo e crítico frente ao mundo do trabalho, buscando ainda na democracia e solidariedade esse novo tipo de cidadania, pois engajada diretamente com a realidade efetiva e com o trabalho social, podemos tomar a proposta de atividade do Nesth enquanto fundamentalmente contra-hegemônica. A partir deste novo sujeito, o trabalhador cidadão, político-culturalmente formado

em seu próprio meio, em sua própria realidade, pode fundar novas relações sociais que questionem e, efetivamente, rompam em algum momento com a hegemonia do capital, até então absoluta, não só na vida dos cooperados em si, mas como também na da família e da comunidade.

Contudo, esta proposta do Nesth encontra barreiras diversas para se viabilizar, dentre as quais abordaremos duas, as quais pressupõem serem as principais ou as mais revoltantes. A primeira delas diz respeito à própria limitação inerente às políticas públicas, enquanto a segunda retrata como um trabalho de intuito contra-hegemônico se torna hegemônico, através da forma pela qual a sociedade, por meio da divulgação midiática, concebe o trabalho do Nesth.

As políticas públicas tem sido o meio mais visado, ou o único, de ação do Estado, e às vezes mesmo da sociedade, para se enfrentar a flagrante desigualdade na produção e distribuição das riquezas sociais, ou seja, para se encarar a pobreza e solucioná-la.

Deixemos todas as questões relativas à captação de verbas, sua insuficiência e sua fragmentação em diversos projetos sem interconexão de lado, pois estaríamos questionando desde prioridades encarnadas pelo Estado até os limites da ação política para se resolver males estritamente sociais, para nos deixar de centrarmos no processo de efetivação mesmo destas políticas públicas, ordem deste texto.

O problema central diz respeito à continuidade, em dois âmbitos: com relação aos educandos e aos educadores. Por mais que exista o esforço no intuito de suprimir esta oposição, entre o que aprende e o que ensina, pois uma vez sendo esta uma forma "bancária", logo, não-historicista e acrítica, de se educar, tal divisão ainda se impõe perceptível.

As políticas públicas, em seu nível micropolítico, se resumem em projetos e estes projetos possuem duração determinada. Assim como, no âmbito dos educandos, uma expectativa a ser alcançada com relação ao número de beneficiários e a quantidade do benefício.

Já observamos aí a comum sobreposição de métodos avaliativos estritamente quantitativos, matemáticos, logo, inflexíveis e mecânicos em uma forma de trabalho que lida com seres humanos, inexatos e dotados de subjetividade, inseridos ainda em um contexto extremamente complexo, que é o da periferia, o que traz a necessidade, para o sucesso do exercício de formação de cooperativas autogestionadas, de se incluírem atividades que vão muito além da formação técnica em si. Faz-se crucial trabalhar a auto-estima das pessoas, pois esta é sempre mutilada no contexto de exclusão, opressão e falta de perspectiva do morador da periferia. Assim como é necessário trabalhar o próprio preconceito em suas diversas facetas, principalmente o preconceito de se morar numa favela, o que, dentre outras coisas, dificultará a inserção do produto da cooperativa num mercado que estigmatiza o morador destes locais.

Porém, as entidades públicas que simbolizam o poder estatal, ao demandarem um projeto, não se preocupam em elaborar esta política pública (e sua posterior avaliação), de maneira metafísica e positivista, pois, para eles, o que interessa são resultados plausíveis de serem apresentados para usufruto eleitoreiro posterior, focando dados diretos e concretos sobre os benefícios causados pelo projeto na relação com o número de pessoas beneficiada. E estes dados precisam mesmo ser diretos e concretos, pois uma vez elaborados, ou seja, uma vez datados, imprimidos e arquivados, satisfaz-se toda a necessidade que este projeto encarna para o poder público - para os poderosos públicos ou os políticos profissionais. Por isso, a duração do projeto é para o poder público uma necessidade e para o Nesth (ou o gestor social qualquer do projeto) um grande empecilho.

Todo entendimento com relação a seres humanos tem de ser elaborado enquanto *processo* (Elias: 1994), sendo a continuidade elemento ontológico na

práxis humana. Pensar na elaboração de uma cooperativa restringido-a a um limite temporal traz enormes problemas – ou inviabiliza – a concepção de cooperativas, no intuito de se auto-perpetuarem a partir da autogestão. Não apenas porque existem problemas a serem tratados, que são, contudo, ignorados pelo poder público, tais como os já citados (a baixa auto-estima e o preconceito), mas, principalmente, por ser este um *processo* que exige continuidade. Porque indo ainda mais além, temos problemas que surgem com o desenvolver da cooperativa e com sua inserção no mercado. Assim, com o decorrer do processo no qual cresce a cooperativa surgem novas demandas de capacitação humana e também técnica que não podem ser renegados em detrimento do sucesso da cooperativa, mas que não podem ser previstas em um momento “celestial” anterior que é o da construção do projeto.

A continuidade com relação aos técnicos que executam o projeto é também outro problema central na execução de políticas públicas para o enfrentamento de problemas sociais. O término de um projeto e o início de outro significa, geralmente, a mudança de seus executores, por mais que ambos tenham o mesmo objetivo, ou seja, o mesmo projeto destinado a áreas diferentes. A transitoriedade na formação dos formadores e dos técnicos executores dos projetos não permite a produção e a conservação de seus bons quadros. O que impede o desenvolvimento das capacidades dos próprios formadores, mas facilita isso sim, sua cooptação por outros setores do mercado sem qualquer viés social. A transitoriedade de técnicos do projeto prejudica ainda uma evolução e transformação positiva no processo de educação e formação oferecido, na medida em que experiências passadas com projetos semelhantes funcionam como uma bagagem de conhecimento ao educador, podendo ser ativada diante de situações cotidianas nos projetos, por mais que as realidades não sejam as mesmas, nem os participantes<sup>73</sup>.

O problema da continuidade, tanto no âmbito do formando como do formador, pode ser bem entendido pelo conceito gramsciano de guerra de posições, uma vez que há, de um lado, a luta do Nesth pela formação de um novo sujeito sócio-histórico, o trabalhador cidadão, e de outro, a *precarização* do trabalho dos formadores-dirigentes através de projetos descontínuos e mecanicismos de avaliação robóticos, logo ridículos, mas principalmente: pela utilização deste projeto para a perpetuação de quadros políticos retrógrados.

Passemos, então, para o próximo problema sobre a execução das políticas públicas pelo Nesth, e sua transformação de contra-hegemônica em hegemônica novamente. Este é um problema mais complexo e rico de conseqüências, já demonstrando também uma forma de como a hegemonia do capital tende a tudo incorporar, transformando até mesmo ações e imagens libertárias em ações e imagens a serviço da reprodução dos valores capitalistas. O trabalho desenvolvido pelo Nesth, quanto da formação de cooperativas, estas, de certo, com o intuito de acréscimo de renda aos participantes, mas que, como vimos, de longe não se esgota aí. São entendidas a partir da visão empreendedora: o Nesth estaria apenas desenvolvendo, nestes pobres cidadãos incapazes de pensarem e agirem por conta própria, concepções capitalistas para que eles, finalmente, tenham condições de gerirem algum negócio, algum comércio.

Partindo da visão sebraeana<sup>74</sup> de que todo homem, se despertada sua visão empreendedora do sono histórico na qual ela repousa entre as classes baixas (e que somente são classes baixas por não possuírem tal visão de empreendimento capitalista) pode e irá se tornar um empresário e a sociedade seria por fim composta apenas por empresários, resolvendo por isso as desigualdades geradas pelo capital. Observa-se que tanto o estado como a mídia,

<sup>73</sup> E aqueles que se dedicam a atividades com embriões emancipatórios sabem: após um certo numero de experiências, uma mudança de cunho qualitativo se opera no interior do próprio educador. Este já não é mais o mesmo. Algo que contribui para a formação mesma do educador enquanto cidadão.

<sup>74</sup> Relativo ao SEBRAE (Sistema Brasileiro de Apoio a Pequena e Micro Empresa).

ao retratar os trabalhos do Nesth, entende-os como uma demonstração de ensino do espírito empreendedorista.

As atividades do Nesth são vistas, pelo poder público e, através da mídia, pela sociedade (mas não pela comunidade ao redor da cooperativa – acredita-se), como o exercício da gestão estratégica de pessoas. Isto é, o que o Nesth faz, mal ou bem, não é qualquer tipo de formação política ou cultural, mas ele apenas ensina, de forma enciclopédica, como se executa um plano de negócio, um plano de comercialização.

Por tanto, ao se ajustar ao fetiche do capital, de que todo homem pode ser rico, se dotado duma aguçada visão empreendedora (e se não for rico é por incompetência própria), e mesmo de que a riqueza, a mercadoria, é a finalidade da vida, o trabalho do Nesth também se torna desta forma fetichizado, pois tratar-se-ia apenas de um exercício de adequação das relações e valorações morais capitalistas para uma parte da sociedade marginal à esse sistema de produção e troca. Ao ser encarado, o trabalho do Nesth, enquanto o agente que carrega para a favela o fetiche da mercadoria, através do fetiche empreendedorista, este próprio trabalho do Núcleo é fetichizado.

Assim, o exercício contra-hegemônico de formação de um novo homem sujeito, baseado em uma nova cultura, não é reconhecido, mas sim ignorado, posto em evidência estar se ensinando formas de plano de negócio, de formação empresarial, de gestão estratégica de pessoas, de compreensão destes valores; em detrimento da autogestão e da economia popular solidária, baseada na democracia participativa direta, auto-emancipatória.

Desta forma, se a mídia não retrata o que é, se ela não retrata o fato, mas o que ela quer que seja e o fato que ela vê, temos aqui mais um exemplo. Encobertando uma realidade e o exercício de sua formação, por uma leitura equivocada – provavelmente devido à incipiente formação profissional que recebem, na qual aprendem a lidar com máquinas, aparelhos e edições, mas pouco com idéias e interpretações da realidade – na crença que sempre possuem de estarem cobrindo apenas o fato, a mídia se põe a serviço do capital, uma vez que evidencia apenas a construção de valores condizentes com a sua lógica. E essa parece ser uma regra geral para toda a mídia, excetuando, talvez, as alternativas, que são, contudo, perseguidas pelos poderes público e privadas, assim como também precarizadas, no sentido que vimos acima.

O certo é que o capital não legitima setores que o confrontam, sendo a mídia mais um meio que impede tal legitimação desses setores e de atividades a fim de suplantarem a opressão inerente ao sistema capitalista, seja pelo enfrentamento direto desses meios midiáticos ao criticarem abertamente tais setores, seja pelo simples encobertamento do verdadeiro conteúdo destes setores e suas respectivas ações. Retrata-os, ainda, como reprodutores da moral e da lógica do capital, passando, por fim, a idéia de que todas as ações possíveis se encontram apenas no seu âmbito, pois até mesmo setores preocupados com o desequilíbrio social agem dentro de seus parâmetros limitados e parciais.

Na guerra de posições que se instala entre o capital e setores da sociedade críticos a ele e que procuram praticamente sua superação, a mídia se põe ao lado do primeiro. Para ela a democracia se restringe ao âmbito da sociedade política, assim com a participação direta, devendo apenas funcionar dentro das brechas que o próprio sistema político – essencialmente representativo – propõe. O aprofundamento do debate sobre questões sociais e a problematização da realidade são proibidos, assim como a discussão e efetivação, centrais para Gramsci, da democratização industrial, ou seja, do aceso democrático aos meios de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de cooperativas de trabalho autogestionadas tem se demonstrado uma via bastante interessante no processo de formação política e cultural dos trabalhadores, diante do atual contexto da plenitude hegemônica do capital, principalmente nas grandes cidades.

O fim do século XX, com a queda do principal regime dito comunista, é o marco da emancipação política, isto é, do estado laico de direito democrático como paradigma substituto da emancipação humana do trabalho (Chasin: 2000,p.93). O esquecimento da possibilidade da auto-emancipação dos homens, da revolução comunista, substituído pelo alcance da democracia é a mais marcante prova, para os comunistas, da consolidação da hegemonia do capital sobre o mundo da maneira mais efetiva e eficiente na história da sociedade moderna.

As cooperativas, neste contexto, fundadas no trabalho e geridas pelos próprios trabalhadores que as compõem, representam uma possibilidade alternativa para com a emancipação humana frente à tamanha consolidação hegemônica do capital. Uma vez que os cooperados possuam os instrumentos de trabalho, ou seja, os meios de trabalho para executarem as atividades que se propõem à cooperativa, e tendo eles que gerirem todas as questões financeiras, contábeis e, acima de tudo, toda a linha de produção envolvida, em muito se associa esse exercício com o exercício da auto-emancipação do homem frente o seu trabalho. Pois, a emancipação humana é isso: os trabalhadores tomando para si os meios de executarem seu próprio trabalho, gerindo-o autonomamente e dispensando a presença social do burguês. Estas experiências possuem relevâncias diante das questões que surgirão em um regime socialista no qual o conjunto da produção terá de ser desenvolvido desta forma, autogestionada, o que representará problemas e dificuldades de níveis superiores.

Contudo, estudos anteriores efetuados junto a cooperativas populares desde a perspectiva de Gramsci apontam a necessidade de que as possibilidades apresentadas sejam dialeticamente contrabalanceadas com os riscos, especialmente com a "produção de um cooperativismo funcional ao capital assim como processos educativos adaptativos" (Barros: 2004, p.189). O que seria a representação final da conversão desta possibilidade contra-hegemônica – as cooperativas – em hegemônicas, a favor do capital.

Podemos inferir que esse setor da economia, embora popular, não tem conseguido fazer a síntese de suas diferentes identidades – condição básica para poder manifestar-se como projeto hegemônico dos setores populares. Devido a uma correlação de forças favorável aos agentes conservadores que a estimulam e impulsionam, sua existência tem sido possível uma vez que, de alguma maneira, são úteis aos mecanismos de regulação do capital. (Tiriba: 2001, p.341)

Diante de todos estes problemas, já se constitui difícil tarefa a simples formação de cooperativas, sendo mais complicado construir bases sólidas para a sua autogestão, que se perpetuem após o fim dos projetos. Ainda mais sob a ótica, até então quase inédita para os moradores da periferia, da democracia participativa e da inserção crítica e ação consciente no meio da comunidade. Esta inserção na comunidade que se pode dar tanto pela percepção, dos membros desta, da possibilidade concreta de se elaborar formas de trabalho autogestionadas, solidárias e democráticas, assim como pelo efeito multiplicador das próprias cooperadas ao ensinar sobre a experiência aprendida e formando novas cooperativas.

Em referência à experiência apresentada pelo Nesth, no contexto de oportunismo do poder público e de inversão hegemônica do capital, a elaboração concreta de uma cooperativa autogestionada capaz de se perpetuar por si e composta por novos sujeitos, conscientes de sua realidade histórica e sua função

social e por uma nova cultura de trabalho e de relações interpessoais, se faz realmente difícil.

Ainda a favor da hegemonia do capital, há de se ressaltar que cada experiência com resultado negativo, para essas pessoas sempre oprimidas, ideológica e materialmente, carregando consigo já tantas dores, também físicas e morais, acabam por gerar uma descrença cada vez mais acentuada sobre as possibilidades de superação das insuficiências e constrangimentos da realidade atual, ou seja, visto que esta superação só pode vir a se concretizar a partir dos próprios oprimidos, acabam por gerar uma descrença na sua própria auto-libertação.

A filosofia da práxis, porém, exige sempre a prática acompanhada de sua crítica, reelaborando-a. Bem, a prática está sendo exercida, citado a título de exemplo o caso da Cooperativa Arte do Ateliê da Serra na periferia de Belo Horizonte. E aqui está um pouco da crítica, que paulatinamente é elaborada observando-se os trabalhos do Nesth. Assim, com todas as ressalvas aqui apresentadas, e outras que possam existir, segue este Núcleo sobre o Trabalho Humano em sua difícil tarefa, visto o contexto de absoluto domínio do capital sobre a sociedade, de ser uma fonte teórica e prática contra a hegemonia do capital.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BARROS, Josiane. **O projeto Educativo das ITCPs: Encontros e desencontros na incubagem de cooperativas populares.** In: TIRIBA, Lia & PIKANÇO, Iracy (ORGs). **Trabalho & Educação. arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária.** São Paulo: Idéias e Letras, 2004, p.189-214.
- BOURDET, Yves; GUILLERM, Alain. **Autogestão: uma mudança radical.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- CHASIN, José de. **A miséria brasileira: 1964-1994 – Do golpe militar à crise social.** Santo André. Ad Hominem. 2000.
- ELIAS, Norbet. **A Sociedade de Indivíduos.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1994.
- FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 2005
- NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci.** São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- TIRIBA, Lia. **Economia Popular e Cultura do Trabalho - Pedagogia(s) da Produção Associada.** Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2001.